

PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E ESTUDOS DA TRADUÇÃO – ENTREVISTA COM PATRÍCIA HILL COLLINS¹

Dennys Silva-Reis [DSR]: Sua contribuição seria muito importante para os estudos da tradução no Brasil e um estímulo para nosso trabalho sobre antirracismo na academia e no campo da tradução. Acredito que suas reflexões sobre esses temas seriam muito frutíferas em nossos debates sobre eles, visto que poucas mulheres negras acadêmicas falam desses assuntos.

Patricia Hill Collins [PHC]: Obrigada por este convite para discutir de que modo aspectos do meu trabalho poderiam contribuir para os estudos da tradução. Embora eu esteja menos familiarizada do que gostaria com os estudos da tradução, tenho pensado muito sobre questões de tradução dentro do meu próprio trabalho. Assim, minhas respostas refletem minha percepção de como questões de tradução afetam minha produção intelectual.

[DSR]: Quais são as dinâmicas do sexismo e do racismo por meio da linguagem?

[PHC]: O sexismo e o racismo não são apenas ideologias, mas também abarcam práticas sociais tangíveis. Como sistemas de poder, eles organizam instituições e práticas sociais injustas. Em meu trabalho, volto à ideia de comunidade como um *locus* importante que organiza as conexões entre instituições sociais injustas e os discursos ideológicos que as reproduzem. A comunidade também pode servir de *locus* importante para gerar análises antirracistas e feministas da injustiça social. Neste sentido, a comunidade é um *locus* específico onde ocorre a linguagem como um conjunto de ideias e de práticas comunicativas.

Quando se trata de comunicação e linguagem, faço a distinção posterior entre uma comunidade linguística e uma comunidade interpretativa. Uma comunidade linguística é frequentemente vista como um lugar de igualdade social onde falar uma língua compartilhada encoraja ostensivamente valores e ideias semelhantes e uma visão de mundo comum. Esse entendimento da língua mesma como o fundamento das comunidades linguísticas subjaz às ideias do senso comum sobre tradução. Aqui, basta traduzir do português para o inglês ou vice-versa para que os membros de cada comunidade linguística tenham acesso à visão de mundo dos outros. Essa perspectiva

¹ Tradução de Marcos Bagno (UnB). E-mail: bagno.marcos@gmail.com

Patricia Hill Collins

Professora Emérita da Universidade de Maryland, College Park. Entre seus livros premiados se incluem *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (1990, 2000) e *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism* (2004). Seu livro mais recente, *Intersectionality as Critical Social Theory* está programado para publicação em 2019.

Dennys Silva-Reis

Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: reisdennys@gmail.com

negligencia as implicações políticas do que significa pertencer a uma comunidade linguística particular. Nesse sentido, as comunidades linguísticas são apolíticas – as dinâmicas de poder que afetam todos os aspectos da comunicação desaparecem. Basta introduzir ideias no Google Translate e ver o que sai do outro lado.

Em contrapartida, minha concepção de comunidade interpretativa torna as relações de poder mais centrais para o ato de comunicação e tradução. As relações de poder *dentro* de uma comunidade interpretativa regulam quem pode falar, quem é ouvido e que conhecimento passa a representar essa comunidade para os forasteiros. As relações de poder moldam quem é silenciado e quem é ouvido. O racismo e o sexismo operam dentro de comunidades linguísticas particulares, gerando padrões de silenciamento e de escuta que contribuem para as relações sociais de racismo e sexismo. Sistemas de poder como esses transformam comunidades linguísticas em comunidades interpretativas com graus diferenciados de poder falar em nome de uma visão de mundo ou representá-la. Por exemplo, nos Estados Unidos, as pessoas negras, latinas e indígenas que se opõem ao racismo são rotineiramente silenciadas. De igual modo, quando as mulheres falam contra a violência sexual e o assédio sexual, elas são desacreditadas e frequentemente ridicularizadas. O grande número de falantes de inglês no contexto dos Estados Unidos pode constituir uma comunidade linguística, mas é uma comunidade em que o racismo e o sexismo permeiam valores, ideias e visões de mundo sobre o que significa pertencer à comunidade interpretativa estadunidense. Globalmente, a dominância do inglês como a língua da academia significa que autores como eu que falam, escrevem e publicam em inglês podem ser ouvidos, ao passo que pessoas igualmente talentosas, senão mais, cujo trabalho ainda não foi traduzido em inglês permanecem relativamente desconhecidas.

Nesse sentido, as relações de poder *entre* comunidades interpretativas, com comunidades linguísticas como a face pública de uma comunidade interpretativa, configuram as relações sociais de racismo, sexismo etc. Dentro dos Estados Unidos, por exemplo, pessoas negras, latinas e indígenas constituem comunidades interpretativas que há muito tempo formulam contradiscursos à ideologia estadunidense dominante. Os relacionamentos entre comunidades interpretativas influenciam por que certos conhecimentos são legitimados enquanto outros permanecem desconhecidos. Seja em disciplinas acadêmicas ou em Estados-nações, as relações de poder moldam padrões semelhantes de ser silenciado e de ser escutado.

[DSR]: Você considera os textos canônicos das ciências humanas como inerentemente sexistas ou racistas? Ou eles simplesmente têm sido usados desse modo?

[PHC]: Os textos canônicos dentro das ciências humanas ilustram esses padrões de diversas comunidades interpretativas exercendo diferentes graus de poder na formatação daquilo que conta como conhecimento. Nesse caso, os textos são artefatos de decisões que foram tomadas na época em que eles foram criados e aceitos, assim como a história das diversas comunidades interpretativas que os usam de modos

particulares para propósitos particulares. Se os textos escritos originais são sexistas e racistas, seja por seus pressupostos claramente identificáveis acerca de raça e gênero, seja ao configurar pressupostos que simplesmente não veem a raça e o gênero como importantes, a interpretação subsequente desses textos reforçam essas ideias. Por exemplo, os textos canônicos da teoria sociológica clássica, minha própria disciplina, simplesmente colocam raça e gênero *fora* do próprio campo, vendo-os assim como preocupações secundárias. Ora, quando se trata de desigualdade social, a classe constitui o objeto central de investigação. Nesse sentido, os textos canônicos podem ser racistas e sexistas sem aparentar sê-lo.

Aqui a ideia de comunidades interpretativas se torna especialmente importante. Com o tempo, se o conhecimento canônico se torna descontextualizado e viaja como uma verdade tomada como ponto pacífico dentro de um campo de estudo, ele traça as fronteiras para o campo. Nesse sentido, o conhecimento e a aceitação dos textos canônicos servem de sentinelas cuidando de quem pode entrar no campo e quem não pode. Frequentemente, é invisível o trabalho desempenhado por textos canônicos na reprodução do racismo e do sexismo dentro de um campo. Textos canônicos muitas vezes têm um tempo de vida com uma influência que se desdobra para muito além de suas intenções iniciais. Esses textos se tornam canônicos, não exclusivamente devido a seu conteúdo, mas através do poder de comunidades interpretativas (disciplinas) dedicadas a legitimá-los como textos canônicos.

Quando se trata de racismo e sexismo, neste contexto, a questão não é tanto se devemos ler os textos canônicos em nossos respectivos campos mas *como* devemos lê-los. Eu encontro muito valor em textos canônicos se os leio através de lentes de uma sociologia do conhecimento que é consciente da produção e do consumo desses textos. Posso tomar o que é útil e deixar o resto para trás. Às vezes, é útil criticar textos canônicos, identificar os efeitos negativos que têm tido no modo como as pessoas têm assumido suas ideias. Em outros casos, é suficiente questionar sua utilidade para a reflexão sobre o racismo e o sexismo.

Honramos o trabalho intelectual de um autor/a levando suas ideias a sério. Mas fazer isso exige levar em conta a economia política de como um texto é produzido. A questão fundamental para qualquer autor/a é: quem é seu público? Como uma estudiosa do racismo e do sexismo que também é autora, tem sido importante para mim conhecer meus públicos e distinguir entre eles. Leio os textos canônicos do meu campo à luz de seus autores e de seus públicos visados; é importante saber quando tais textos foram escritos, por quem, e em que contextos políticos. Além disso, sempre concedo a outros autores o benefício da dúvida para ver como efetivamente seus textos alcançaram seus propósitos declarados. Obviamente, se discordo do objeto expresso de um autor, por exemplo, um tratado de direita sobre a inferioridade das mulheres negras, não lhe concedo o benefício da dúvida. Ao contrário, analiso esses textos para ver como o/a autor/a construiu seu argumento e as evidências que usou para apoiá-lo. Isso me dá *insight* sobre como antecipar e me contrapor a tais argumentos

ou, melhor ainda, escrever meus próprios argumentos de modo que já refutem tal obra. Mas também devemos ler os textos canônicos que apreciamos, criticamente. Quando se trata de textos canônicos que foram criados sob o colonialismo, penso que precisamos pensar fora das caixas coloniais da tradição e nos tornar autoras de novas tradições. Por exemplo, quais serão os textos canônicos do feminismo negro? Esse campo ainda é tão novo, tanto nos Estados Unidos quanto num contexto global, que suas contribuições à pesquisa e à prática antirracista e antissexista continuam a se desdobrar. Esses textos serão textos no sentido tradicional da palavra? A rapidez da mudança das comunicações em rede no quadro da *web* é um desafio para a capacidade das comunidades interpretativas de patrulhar as fronteiras dos campos de estudo. Nesse sentido, quando se trata de racismo e sexismo, os dias de celebração de textos canônicos podem estar acabando.

[DSR]: Qual a sua percepção de como o sexismo e o racismo se organizam e operam no campo profissional da tradução/interpretação?

[PHC]: Não tenho certeza de poder falar diretamente das questões específicas no campo dos estudos da tradução. Mas penso que questões que enfrento ao fazer meu trabalho intelectual, especialmente o teórico, ilustram de que modo o racismo e o sexismo configuram questões mais amplas de interpretação. Pelo fato de me movimentar entre tantas comunidades interpretativas diferentes, frequentemente me vejo pensando sobre qual o melhor modo de dizer o que quero dizer dentro de cada comunidade, bem como o que elas poderiam dizer umas às outras se tivessem à sua disposição linhas diretas de comunicação. Essencialmente, para mim, o trabalho teórico envolve negociar constantemente um conjunto de ideias em termos de outro, garantindo que eu possa responder a múltiplas comunidades pelas traduções que tornam meu trabalho possível. Por exemplo, quando se trata de pensamento feminista negro, desde que viajei ao Brasil, me pergunto como eu poderia entender e interpretar as semelhanças e diferenças entre o feminismo negro no Brasil, nos Estados Unidos e através da diáspora africana.

Vejo meu próprio trabalho acadêmico como um ato duplo de tradução e interpretação. Pelo fato de ser uma mulher afro-americana com um conjunto particular de experiências educacionais, profissionais e de vida, meu trabalho sobre mulheres negras reflete esse movimento perpétuo entre comunidades interpretativas da academia, da família e da vida como uma mulher negra na sociedade estadunidense. Vejo meu trabalho teórico em *Black Feminist Thought* e em *Black Sexual Politics* como uma tradução de uma forma de linguagem em outra, da fala cotidiana em uma linguagem acadêmica especializada e vice-versa. Meu livro *On Intellectual Activism* reúne várias das mesmas ideias que examino em minhas publicações acadêmicas, tornando acessíveis não só as próprias ideias para fora da linguagem acadêmica especializada, mas também os bastidores de como fazer esse tipo de trabalho intelectual.

Pensar sobre meu trabalho como tradução e interpretação entre múltiplas comunidades interpretativas deixou claras duas coisas. Primeiro, nem todas as ideias se traduzem. Algumas são de fato intraduzíveis porque provêm de comunidades interpretativas particulares e são significativas dentro delas. Os esforços por “traduzir” visões de mundo indígenas em termos que são compreensíveis dentro do pensamento ocidental frequentemente produzem caricaturas das filosofias holísticas dos povos indígenas. Traduzir os termos de uma visão de mundo não-ocidental para uma visão de mundo ocidental faz prosseguir a violência epistêmica que tem sido parte da colonização. Precisamos nos dar conta dos limites da tradução.

Em segundo lugar, as relações de poder influenciam o que é visto como digno de se traduzir e o que simplesmente não existe porque não foi traduzido. Basicamente, alguns tópicos nunca chegam aos olhos do público porque grupos mais poderosos simplesmente não têm interesse em ver tais ideias traduzidas. Durante anos, houve pouco interesse na visão de mundo das mulheres afro-americanas, principalmente porque as mulheres negras eram consideradas como tendo pouca coisa de valor a dizer. Felizmente, um esforço permanente das mulheres negras de falar a verdade sobre as vidas das mulheres negras mudou essa situação.

[DSR]: De que modo a tradução poderia contribuir para a disseminação de teorias feministas e antirracistas não hegemônicas?

[PHC]: Eu de fato estou mais interessada nos mecanismos do modo como desenvolvemos teorias feministas e antirracistas não hegemônicas do que em como poderíamos disseminar teorias que emergem de modos tradicionais de fazer teoria ou teorização. Dentro das culturais ocidentais, a teoria é altamente racionada, disponível para uns poucos seletos que conseguem adquirir o letramento e as credenciais que lhes permitem obter empregos de teóricos. E uma vez dentro desses empregos, as convenções disciplinares limitam o que alguém pode dizer e fazer. Essa é uma descrição pragmática da teoria, que precisa ser levada em conta junto com quaisquer esforços por disseminar teorias criadas sob tais condições sociais. Ao mesmo tempo, a vigilância acadêmica está se erodindo, criando novas possibilidades para modos mais democráticos de teorizar por meio dos quais mais ideias realmente chegam à mesa teórica.

É um projeto que tem estado no centro da minha atenção há algum tempo. Nas suas perguntas, você distingue com razão racismo de sexismo. Creio que precisamos desse tipo de clareza analítica, especialmente ao analisar como o racismo e o sexismo têm sido organizados dentro de contextos nacionais diferentes. Para mim, eles não são a mesma coisa, e é importantíssimo dedicar tempo para aprender sobre cada um. Mover-se depressa demais rumo a uma aliança imaginária entre racismo e sexismo sob a bandeira de um conceito maior que apaga essas diferenças, por exemplo, a justiça social, não só é errado como pode ser politicamente ineficaz.

Os estudos da tradução mantêm a integridade dessas distinções ao exigir que os atividades acadêmicos do racismo e do sexismo façam o trabalho de traduzir suas ideias para públicos que tipicamente não são seu alvo principal. É diferente escrever sobre feminismo para uma suposta plateia de mulheres brancas do que sobre feminismo para homens negros. Como soa diferente o trabalho antirracista quando escrito para públicos negros ou brancos. Fazer o trabalho de tradução é ver o racismo e o sexismo como interconectados e independentes, criando um caminho para ver o antirracismo e o feminismo como igualmente interconectados.

Meu trabalho sobre interseccionalidade é em boa medida um ato de tradução. Vejo a interseccionalidade como uma teoria social crítica que tem menos a ver com disseminação do que já tem sido decidido – isto é, o conhecimento canônico mencionado antes, que merece crítica – do que com um projeto colaborativo de construção de conhecimento através das diferenças. A tradução enfatiza as semelhanças, mas também identifica diferenças importantes. Como projeto de conhecimento, a interseccionalidade se apoia inerentemente nas bases das boas traduções.

Acabo de concluir um livro intitulado *Intersectionality as Critical Social Theory* (Duke University Press, 2019) no qual, embora não faça da tradução um tema explícito, meu argumento se fundamenta na tradução como um processo para fazer tal teoria. Dedico um tempo considerável à discussão do engajamento dialógico como essencial para construir essa teoria social crítica que é adequada para tratar do racismo, do sexismo e de formas mais amplas de opressão. E o engajamento dialógico é o alicerce da tradução.

[DSR]: Em que medida vê o ato de tradução como ativismo feminista e antirracista?

[PHC]: A tradução nunca é politicamente neutra. Uma coisa é traduzir a língua e as ideias de grupos dominantes em termos que os grupos subordinados possam entender. Esse tipo de tradução é aceito como uma prática habitual. Ela supõe que as ideias de grupos dominantes têm valor inerente e que traduzi-las em termos que outros possam compreender é fundamentalmente uma boa ideia. O ativismo aqui consiste em traduzir documentos de modo que mulheres negras e grupos igualmente subordinados possam conhecer seus direitos, por exemplo, as proteções legais que podem estar à sua disposição nas leis. O ensino pode ser um terreno para o ativismo, traduzindo-se textos que podem não estar disponíveis aos seus estudantes ou ajudando os estudantes a entender a linguagem especializada da academia. Dado que grande parte do conhecimento ocidental é inerentemente sexista e racista, trabalhar com os pressupostos que subjazem a esse conhecimento e traduzir seus textos canônicos numa linguagem que permita às pessoas subordinadas lê-los e avaliá-los criticamente pode ser um ato de ativismo antirracista e feminista.

Mas como fica traduzir desde o outro lado do poder, ou seja, as ideias, análises e conhecimentos produzidos por grupos subordinados? Aqui, a tradução e o ativismo exigem um conjunto diferente de habilidades tradutórias que estejam atentas aos custos e benefícios políticos da tradução. Muitos de nós que objetivamos falar para, por e com pessoas que são subordinadas dentro de sistemas de poder interseccionados nos engajamos numa forma mais sofisticada de tradução que é específica ao contexto. Traduzir as ideias das mulheres, das pessoas negras e dos povos indígenas numa linguagem que os grupos dominantes compreendam pode nos ajudar em nossas carreiras acadêmicas. Mas a que custou para nós mesmos e para as pessoas cujas ideias traduzimos? O risco que corremos é o de que tornar público determinado conhecimento antirracista e feminista pode deixar mais fácil para grupos dominantes controlar grupos subordinados. O que parece ser a tradução como ativismo para tornar mais respeitáveis os grupos subordinados pode ser uma forma de entregar de bandeja.

Vejo muito do meu trabalho como situado nesse espaço intermédio de traduzir o discurso dominante numa forma que seja útil para os projetos de justiça social e traduzir as ideias de grupos subordinados uns para os outros de modo que possam se comunicar melhor entre si. Uma das tarefas mais difíceis é desenvolver conhecimento autodefinido que permita às mulheres negras e a outras pessoas de grupos igualmente subordinados falar entre si. Assim como não existe nenhuma mulher negra essencial que seja típica de todas, não existe nenhuma mensagem que reflita as experiências diversas das mulheres negras.

É difícil criar esses espaços de fala seguros e livres, espaços em que a tradução não precise batalhar através das diferenças de poder. Ao escrever *Black Feminist Thought*, tive de decidir o quanto poderia dizer em público sobre as vidas das mulheres negras, e o que deveria permanecer privado. Algumas vezes o sigilo é essencial, não só para o ativismo feminista e antirracista, mas para a sobrevivência mesma das mulheres negras. Não faz sentido publicizar o conhecimento contraditório das mulheres negras se a crescente visibilidade concedida a esse conhecimento aumentar a vulnerabilidade das mulheres negras. Se é difícil remover das conversas honestas entre nós mesmas os pressupostos de branquitude, masculinidade, riqueza e heterossexualidade compulsória que são tão centrais no discurso ocidental. Mas devemos tentar, esperando que, refinando técnicas sofisticadas de tradução, possamos moldar comunidades interpretativas que nos empoderem.